

COMITE ESTADUAL DE SAÚDE DE GOIÁS DO FÓRUM NACIONAL DA
SAÚDE DO CNJ

Reunião por videoconferência por intermédio do aplicativo ZOOM
<https://tjgo.zoom.us/j/88644265635>

Quarta-feira, 23 de outubro de 2024 às 10h

Pauta:

Índice de cobertura vacinal em Goiás e como o comitê pode colaborar.

PARTICIPANTES:

EDUARDO PEREZ OLIVEIRA - JUIZ DE DIREITO - GO, PRESIDENTE DO
COMITÊ DE SAÚDE E COORDENADOR DO NATJUS-GOIÁS;

GABRIEL MATTOS TAVARES VALENTE DOS REIS - JUIZ FEDERAL TRF1,
VICE-PRESIDENTE DO COMITÊ DE SAUDE;

ANA CRISTINA ANDRADE E BORGES (NATJUS);

CAMILA TAVARES (NATJUS);

ISADORA LIAH (NATJUS);

MARILIA CLAUDIA CARVALHAIS TEIXEIRA (COSEMS);

FLAVIA MARINHO (OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE UNIMED GOIANIA);

SILVIA MARIA CHEMET KANSO (AGU);

FELIPE SOARES DE SOUZA (SES);

FLUVIA AMORIM (SES);

MARIANA COSTA GUIMARAES (DPU);

DALINE PAULA BARROS (PGE);

CAROLINE REGINA DOS SANTOS (OAB);
GESSICA CRUVINEL PEREIRA PEIXOTO (OAB).

REUNIÃO GRAVADA DE ACORDO COM O REGIMENTO INTERNO.

A reunião foi ministrada pelo Dr. Eduardo Perez Oliveira, coordenador do Comitê da Saúde, que abordou o tópico sobre a necessidade do comitê de colaborar com a melhoria do índice de cobertura vacinal em Goiás.

A princípio, o Dr. Eduardo mencionou a preocupação com o avanço das doenças respiratórias em Goiás, notadamente em Goiânia, com registros de óbitos de crianças e sugeriu que o comitê se esforçasse concentradamente no objetivo de conscientização dos pais sobre a importância de levarem seus filhos para vacinação, com indicação dos locais de acesso e contatos de responsáveis, com o apoio do Judiciário, por meio de campanhas nas comarcas e distritos.

Registro de cobertura vacinal em torno de 50% ou menos (44%), em Goiânia e Aparecida de Goiânia, índices preocupantes.

Na oportunidade, Flúvia, com a palavra, mencionou sobre a sazonalidade de doenças respiratórias pelo vírus influenza, vivenciada atualmente, com a mudança de gestão das prefeituras (encerramento de gestão), em Goiás, agravando a situação da vacinação, com demissão de servidores e fechamentos de salas de vacinas. Em Goiânia, há várias denúncias e reclamações de cidadãos/pais de que não estão conseguindo vacinar seus filhos.

Outra questão a ser trabalhada é a necessidade de manutenção da mobilização de vacinação de forma incisiva e a segurança/credibilidade das vacinas, especialmente entre os grupos prioritários. Há 500 mil doses de vacinas disponíveis no Estado de Goiás, nos municípios. Começarão uma campanha publicitária (redes sociais, TV e rádio) no Estado, chamando a população para vacinar, divulgação sobre o que é a gripe pelo vírus influenza, sintomas, importância da vacinação, quem prioritariamente deve se vacinar.

Dr. Eduardo reforçou a necessidade da divulgação da campanha extrapolar as principais redes sociais, porque nem todos utilizam essas plataformas digitais. Por exemplo: associações, abrigos, comissões etc.

E também solicitou a lista dos locais de vacinação e horários de funcionamento de cada município, para serem encaminhados/divulgados entre os juízes, a fim de que possam fazer um trabalho em suas unidades/comarcas e para a OAB trabalhar junto às comunidades.

Dr. Eduardo quer propor ao Tribunal de Justiça como uma campanha permanente, para ser realizada todo ano, não só internamente ao tribunal, mas também aos lugares onde atingem e pessoas que atingem, a defensoria também.

Géssica sugeriu a realização de um trabalho de informação sobre o tema entre o comitê e a OAB, de forma dinâmica, rápida e simplificada, entre crianças e adolescentes, que são multiplicadores de informações, no combate a fakes e “desinformações” disseminadas entre as comunidades. Padres, pastores (líderes religiosos) e sindicatos também, como multiplicadores, podem contribuir na divulgação da importância da vacinação.

O objetivo da campanha é a ampliação da cobertura vacinal das pessoas (prevenção), e para isso, uma lista com contatos (whatsapp e endereço) das unidades disponíveis é importante, para ser divulgado/circulado entre as comarcas, MP, OAB, defensoria, via PROAD a ser instaurado, e isso também afeta/redunda a/em judicialização, com a ocupação do serviço público de modo amplo. Assessorias de comunicação das entidades representantes trabalhando simultaneamente, ao mesmo tempo utilizando a campanha, reforçando a visibilidade que almejam.

Flúvia compartilhou com os participantes da reunião prévia/spoiler do vídeo da campanha publicitária da SES sobre o tema/vacinação.

Deliberações:

Marília (COSEMS) informar números de contato/redes sociais referentes aos municípios goianos (SMS)/unidades disponíveis de vacinação; verificará a possibilidade de cada secretaria de saúde municipal encaminhar para o e-mail do comitê esses contatos, para posterior envio ao Judiciário, defensoria, MP, OAB, conselho tutelar, individualmente, por região;

Dr. Eduardo abrir PROAD pedindo apoio ao Judiciário na divulgação/criação de campanha permanente de vacinação, aberta no final deste ano, sendo retomada todo ano no início do ano, inclusive vacinação dos servidores, dos magistrados e seus dependentes, com possível estabelecimento de selo vacinação (vacinas básicas), replicando isso nos demais poderes.